

Pauta que cria gastos põe Planalto em alerta

Congresso avalia projetos de olho em folga no teto de despesas; governo pede cautela

Daniel Weterman
Camila Turtelli | BRASÍLIA

Com a expectativa de uma abertura no teto de gastos em 2022, parlamentares começaram a se articular para aprovar projetos à revelia da agenda do governo, aumentando despesas a partir do ano que vem. A folga na regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, porém, pode ficar limitada caso a escalada dos preços não ceda até o fim do ano.

O Senado se encaminha para aprovar um projeto de incentivo ao setor cultural, batizado de Lei Paulo Gustavo, com impacto de R\$ 3,9 bilhões. Na próxima semana, deve entrar na pauta a criação de um vale-gás para a população de baixa renda, com potencial de aumentar os gastos em até R\$ 8,5 bilhões em ano eleitoral.

O governo tem pedido cautela aos congressistas e pressionado pela aprovação da PEC dos precatórios (dívidas judiciais) para abrir caminho a esses projetos e ao Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A equipe econômica e os articuladores do Palácio do Planalto têm colocado no parcelamento dessas dívidas tanto a solução para as promessas eleitorais do presidente Jair Bolsonaro, quanto para o apoio à agenda dos parlamentares.

A chamada Lei Paulo Gustavo entrou na pauta do Senado na semana passada, mas foi adiada a pedido do governo, que prometeu apoiar a medida, mas, desde que seja aprovada a PEC dos precatórios. O projeto determina que a União entregará em 90 dias R\$ 3,862 bilhões aos Estados e municípios para o setor cultural.

A proposta autoriza o uso do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura e outras fontes de recursos, mas não aponta redução de outras despesas, o que pode comprometer o teto de gastos. Além disso, o projeto retira o auxílio da meta de resultado primário, a diferença entre tudo o que o governo arrecada e gasta, sem contar o pagamento dos juros.

“O espaço fiscal que a solução para os precatórios pode trazer tem como objetivo algumas aberturas, como é o caso do reforço do Bolsa Família e o apoio a algumas outras medidas”, dis-

se o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), relator da Lei Paulo Gustavo.

Na semana que vem, o Senado deve pautar um projeto criando um subsídio para a compra de gás de cozinha por famílias de baixa renda. A proposta do Programa Gás para os Brasileiros, de autoria do líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), beneficia inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e estipula o auxílio na faixa

de 40% a 100% do preço médio de revendo do botijão de 13 kg.

De acordo com o parecer do senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator da medida, tomando como base o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família e o preço médio do botijão de gás, a despesa anual será entre R\$ 3,4 bilhões a R\$ 8,5 bilhões, a depender do percentual de subsídio concedido.

“Dessa forma, o governo federal terá certa flexibilidade para ajustar o valor do benefi-

cio aos recursos disponíveis”, diz o relatório.

Gastos. A inflação deste ano, que afeta diretamente despesas obrigatórias de 2022, passou a ser uma das maiores preocupações do governo e pode reduzir o espaço para investimentos e projetos de interesse eleitoral. O Executivo enviou o Orçamento calculando um IPCA de 5,90% e um INPC de 6,20% em 2021. Na quinta-feira, o próprio governo aumentou a previsão do IPCA pa-

ra 7,90% e do INPC para 8,40%. O Ministério da Economia deve encaminhar uma atualização dos parâmetros no dia 22 de novembro ao Congresso.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado projeta espaço de R\$ 17,2 bilhões no teto em 2022. Se o governo não conseguir aprovar o parcelamento dos precatórios e terminar o ano com IPCA em 8% e INPC em 8,3%, ainda assim poderia ampliar o programa social. De acordo com a IFI, a PEC dos precató-

rios liberaria R\$ 39,2 bilhões.

“Esse espaço da PEC dos precatórios é muito superior ao necessário para fazer o aumento do Bolsa Família ou financiar o Auxílio Brasil. A PEC viabilizaria isso, mas turbinaria os juros, o risco, a taxa de câmbio, prejudicando a dívida pública e a verdade implodindo o teto de gastos. Teria uma brecha para parcelar qualquer outra parcela obrigatória. A PEC é a pior das soluções namesa”, disse o diretor executivo da IFI, Felipe Salto.



Assistência social. Senado avalia a criação do vale-gás para famílias que constam no Cadastro Único do governo federal

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL! TERRENO COM ÁREA DE 5.070 m² EM SÃO PAULO/SP



BAIRRO RIVIERA PAULISTA

PARQUE ECOLÓGICO DO GUARAPIRANGA

HOSPITAL MUNICIPAL DO GUARAPIRANGA

HÍPICAS E CLUBES DE CAMPO

ATIVIDADES NÁUTICAS

LEILÃO JUDICIAL SOMENTE ONLINE

2ª praça: 30/09/2021, às 11h. Lance Inicial: R\$ 1.063.360,00.



APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSO ESTE LEILÃO AGORA

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Terreno com área de 5.070,00 m² Rua Jacarandá, esquina com a Rua José Epitácio Dias Camargo, constante do It. 35 da qd. H. Chácara Três Caravelas, Riviera Paulista, 32º Subdistrito Capela do Socorro, São Paulo/SP. Com 65,50 m de frente para a Rua Jacarandá; 7,07 m em curva para a esquerda, ligando esta rua com a Rua José Epitácio Dias Camargo, para a qual mede 68 m de frente; 70 m da frente aos fundos do lado direito de quem da Rua José Epitácio Dias Camargo olha para o terreno; e 72,50 m da frente aos fundos do lado esquerdo de quem da Rua Jacarandá olha para o terreno. 1ª Vara e Ofício Cível da Capital/SP. Proc.: 0130004-83.2004.8.26.0100. 1ª praça encerrada em 08/09/2021, às 11h. Leilão Oficial Davino Lauro Sodré Santoro, Jucesp nº 607. Matrícula 375.047, do 11º CRI da Capital/SP. Cadastro municipal 094.013.0005-4. Avaliação: R\$ 1.368.900,00 (março/2021). Ônus/restrições: (I) Consta da matrícula, em Av.35, a penhora realizada nos presentes autos; (II) Consta em aberto junto à Prefeitura Municipal de São Paulo débito de IPTU referente aos exercícios 2020 e 2021, no importe aproximado de R\$ 14.964,43 (julho/2021).

Horário de verão não faz diferença para economia de energia, diz ONS

Em estudo entregue ao Ministério de Minas e Energia, órgão avalia que volta do mecanismo teria efeito 'neutro'

Marília Sabino | BRASÍLIA

Dois anos após a extinção do horário de verão, novo estudo realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresenta o mesmo argumento usado pelo governo em 2019: a mudança no relógio não traz economia de energia significativa. Segundo a avaliação, o mecanismo poderia ajudar, mesmo que pouco, a atenuar o consumo nos horários de ponta, ou seja, quando há maior consumo de energia. Por isso, no diagnóstico entregue ao Ministério de Minas e

Energia (MME) nesta semana, o ONS não faz recomendação alguma, pois o mecanismo teria um efeito “neutro”.

A avaliação foi feita a pedido da pasta diante da pressão crescente de alguns setores da economia e da grave escassez nos reservatórios das usinas hidrelétricas. O tema voltou à pauta após os segmentos do turismo, alimentação e comércio

● Avaliação
“Do ponto de vista energético, é neutro. Do ponto de vista de ponta (consumo nos horários de ponta), ajuda com o deslocamento da mesma, mas não atenua tanto assim.”
Luiz Carlos Ciochchi
PRESIDENTE DO ONS

pedirem ao presidente Jair Bolsonaro a retomada do mecanismo, sob argumento de que poderia contribuir para a recuperação financeira dessas atividades. Já especialistas no setor elétrico afirmam que, mesmo que seja uma pequena economia de energia, seria relevante frente ao atual cenário que o setor elétrico passa.

Ao *Estadão/Broadcast*, o presidente do ONS, Luiz Carlos Ciochchi, afirmou que o estudo traz uma análise do mecanismo e que não foi feita recomendação por sua volta ou não. “Em poucas palavras: do ponto de vista energético, é neutro. Do ponto de vista de ponta (consumo nos horários de ponta), ajuda com o deslocamento da mesma, mas não atenua tanto assim. Sendo assim, para o setor elétrico ajuda pouco, e é claro, não atrapa-



Avaliação. Ciochchi diz que novo estudo confirma o anterior

lha”, afirmou. “É neutro, não dá para recomendar, nem rejeitar”, disse.

De acordo com ele, a solicitação do ministério era no sentido de atualizar um estudo feito há dois anos, que foi usado como base para a decisão do presidente de acabar com o horário de verão. À época, o diagnóstico foi o de que não havia mais economia de energia tão relevante. Ciochchi avalia que o no-

vo diagnóstico confirma o estudo de dois anos atrás.

Criado com a finalidade de aproveitar o maior período de luz solar durante a época mais quente do ano, o horário de verão foi instituído no Brasil em 1931 pelo então presidente Getúlio Vargas e adotado em caráter permanente a partir de 2008. A redução da economia do horário de verão começou a ser percebida e questionada em

2017, quando foi registrada uma queda de consumo da ordem de 2.185 megawatts, equivalente a cerca de R\$ 145 milhões. Em 2013, a economia havia sido de R\$ 405 milhões, caindo para R\$ 159,5 milhões em 2016, uma queda de 60%.

Risco hídrico. Na sexta-feira, o *Estadão* mostrou que, sem chuvas e com alta do consumo de energia elétrica, o nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste alcançou o menor patamar, pelo menos, desde a crise de 2001, quando ocorreu o maior racionamento da história do Brasil. Em 2000, ano que precedeu o apagão, as represas estavam com 20,8% do armazenamento e, em 2001, já com programa de redução compulsória de energia, em 21,76%. Neste ano, até dia 15 de setembro, último dado do próprio ONS, o nível era de 18,23%.

Esse percentual deve continuar em queda até novembro, quando pode romper a barreira de 10% – o que representa um desafio e um risco maior para a operação do sistema.